



BRUNO ALEXANDER MAURICIO
ADVOGACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
- À SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS.**

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico N° 169/2023

NUTRI HOUSE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob número 19.685.191/0001-09, com sede à Rua Padre Alberto Mueller 590, Barracão 07, Cidade Jardim, São José dos Pinhais/PR, por intermédio de seu procurador que ao final assina, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, para interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão que declarou a empresa **CGMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**, vencedora nos itens 007, 007.1, 010, 010.1, o que se faz com base nas razões fáticas e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

1. BREVES CONSIDERAÇÕES AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO PREVISTAS NO EDITAL

O artigo 69, inciso I da Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC), dispõe:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

[...]

O edital de licitação, quando trata dos documentos de qualificação econômico-financeira, entre suas exigências, determina:

(41) 9 9714-2061
contato@brunomauricio.adv.br

R. Padre Alberto Müller, 590 - Cidade Jardim, São José dos Pinhais - PR



9.4.1.3.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou do último exercício no caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- LG (Liquidez Geral) superior a 1,00

$$LG = \frac{AC \text{ (Ativo circulante)} + \text{Realizável a longo prazo}}{PC \text{ (Passivo circulante)} + PNC \text{ (Passivo não circulante)}}$$

- LC (Liquidez Corrente) superior a 1,00

$$LC = \frac{AC \text{ (Ativo Circulante)}}{PC \text{ (Passivo circulante)}}$$

- SG (Solvência Geral) superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{PC \text{ (Passivo circulante)} + PNC \text{ (Passivo não circulante)}}$$

Desta exigência, obtêm-se a seguinte interpretação:

BALANÇO PATRIMONIAL 2021
ÍNDICES FINANCEIROS 2021
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2021
DEMAIS DEMONSTRAÇÕES – variável conforme o porte da empresa
BALANÇO PATRIMONIAL 2022
ÍNDICES FINANCEIROS 2022
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2022
DEMAIS DEMONSTRAÇÕES – variável conforme o porte da empresa

Ademais, o Conselho Regional de Contabilidade – CRC também resume quais são as demonstrações obrigatórias (https://fiscalizacao.crcpr.org.br/obrigatoriedade_dc.html):



QUADRO RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS			
Demonstração Contábil	ME e EPP ITG 1000	PME's NBC TG 1000	Regra Geral
B.P.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória
D.R.A.	Facultativa	Obrigatória *1	Obrigatória
D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa *2	Facultativa
D.M.P.L.	Facultativa	Obrigatória *1	Obrigatória
D.F.C.	Facultativa	Obrigatória	Obrigatório
N.E.	Obrigatórias	Obrigatórias	Obrigatórias
D.V.A.	Facultativa	Facultativa	Obrigatória *3

Traçadas tais considerações acerca destas exigências, passa-se às Razões Recursais.

2. A NÃO OBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS ATINENTES À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PELA RECORRIDA

2.1. O BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DEMAIS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2021

A Recorrida CGMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES não apresentou o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do exercício de 2021.

Conforme apontado anteriormente, tanto a Lei 14.133/21 quanto o edital de licitação, exigem a apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, **TODOS** os licitantes deveriam ter apresentado esses documentos relativos aos exercícios de 2021 e 2022.

Assim, considerando que a Recorrida não apresentou o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do exercício de 2021, deve ser inabilitada.



BRUNO ALEXANDER MAURICIO
ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

Com relação ao Balanço Patrimonial de 2022 e seus acessórios, a Recorrida cumpriu integralmente, anexou o Balanço, DRE, Abertura, Encerramento, DMPL, DRA, DFC, e Notas Explicativas, o que evidencia ainda mais a obrigatoriedade de juntada de tais documentos, os quais a grande maioria dos licitantes deixou de observar.

3. O OBJETO SOCIAL DA EMPRESA

A Recorrida possui um rol específico de atividades elencadas em seu objeto social. Veja-se:

Comércio varejista e atacadista em lojas especializadas em produtos alimentícios tais como: produtos naturais, sucos, dietéticos, suplementos alimentícios, mel, embalados em potes e similares.

Verifica-se, portanto que, o contrato social indica especialização nos seguintes produtos alimentícios: Produtos naturais, sucos, dietéticos, suplementos alimentícios, mel, embalados em potes e similares.

Isso significa que a empresa estabeleceu um rol taxativo (que não admite interpretação extensiva) de seu objeto social.

Por outro lado, o objeto do certame é o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios (carga seca), sendo que a licitante Recorrida se habilitou e se classificou para os seguintes itens: 007 e 007.1 (Extrato de tomate), 010 e 010.1 (Feijão).

Não há qualquer vinculação ou proximidade entre os itens habilitados e o objeto social da Recorrente, não há indicação de comércio de produtos em geral ou indicação genérica sobre os produtos que a licitante trabalha. Há, no entanto, indicação específica dos produtos alimentícios comercializados pela Licitante Recorrida. Repisa-se: Produtos naturais, sucos, dietéticos, suplementos alimentícios, mel, embalados em potes e similares.

É cediço que as atividades desempenhadas pelas empresas licitantes devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação

(41) 9 9714-2061
contato@brunomauricio.adv.br

R. Padre Alberto Müller, 590 - Cidade Jardim, São José dos Pinhais - PR



BRUNO ALEXANDER MAURICIO
ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

O Tribunal de Contas da União deliberou que “considera viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação” (Acórdão nº 487/2015 - Plenário e Acórdão nº 1021/2007 - Plenário), e que "o objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular". (Acórdão nº 642/2014 – Plenário).

Portanto, não há caminho para a manutenção da habilitação/classificação da Recorrida CGMED.

4. REQUERIMENTO

Diante dos fatos e fundamentos expostos, pede, e espera, que sejam **ACOLHIDOS** os pedidos e argumentos expostos nestas Razões de Recurso Administrativo, reconhecendo que não houve atendimento das exigências do edital da empresa licitante **CGMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**, vencedora nos itens 007, 007.1, 010, 010.1, devendo ser inabilitada.

Termos em que, pede deferimento.

Curitiba, 21 de setembro de 2023.

Bruno Alexander Mauricio

Advogado

OAB/PR 100.150

(41) 9 9714-2061

contato@brunomauricio.adv.br

R. Padre Alberto Müller, 590 - Cidade Jardim, São José dos Pinhais - PR